





PROCURADORIA

PROCURADORIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI Nº 363/2024.

AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL.

EMENTA: "ALTERA a Lei n. 601, de 02 de julho de 2001 e dá outras providências.".

INTERESSADO: 2ª CCJR.

PARECER

PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI N. 601, DE 02 DE JULHO DE DÁ 2001 Ε **OUTRAS** PROVIDÊNCIAS - INTELIGÊNCIA DO ART. 58 E ART. 80, VIII, DA MATÉRIA LOMAN DE **LOCAL INTERESSE LEGALIDADE** TRÂMITE REGULAR **PARECER** FAVORÁVEL.

1. RELATÓRIO

Veio a esta procuradoria para emissão de parecer o Projeto de Lei nº 363/2024, de autoria do Executivo Municipal – Prefeito, que visa alterar o item 27 da Lei nº 601, de 02 de julho de 2001.

Justifica o Excelentíssimo Prefeito que o projeto tem por finalidade a alteração de endereço e número de salas de aula do CMEI Padre Cláudio Dalbon, considerando a Lei nº 601, de 02 de julho de 2001, alterada pela Lei nº 770 de 16 de junho de 2004, funcionando atualmente com 10 (dez) salas de aulas, e localizado na









Rua Itaré, nº 10, Bairro Novo Aleixo, CEP: 69095-001, atendendo alunos da Educação Infantil.

Foi deliberado em plenário no dia 01/07/2024.

Encaminhado para emissão de parecer no dia 02/07/2024.

É o relatório, passo a opinar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, ressalta-se que esta Procuradoria emite parecer de natureza opinativa, analisando apenas a constitucionalidade e a legalidade das proposituras, sem adentrar a questão de mérito.

A matéria proposta visa alterar o item 27 da Lei nº 601, de 02 de julho de 2001, passando a vigorar com a redação de acordo com o Anexo Único:

ANEXO ÚNICO

N° DE ORDEM	ESCOLA	N° DE SALA DE AULA	ENDEREÇO	INÍCIO
27	CMEI Padre Cláudio Dalbon	10	Rua Itararé, nº 10 – Novo Aleixo	2001

Com relação à iniciativa, a Lei Orgânica do Município de Manaus estabeleceu que a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe também ao Prefeito Municipal, conforme o art. 58, *in verbis*:

Art. 58. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, **ao Prefeito Municipal** e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei. (grifamos).

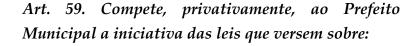








Quanto à matéria, verifica-se que esta traz reflexos na organização da Administração, nos termos do previsto nos artigos 59, IV, e 80, VIII, da Lei Orgânica do Município de Manaus. Vejamos:



I – regime jurídico dos servidores;

II – criação, transformação e extinção de cargos, empregos
 e funções na Administração direta e autárquica do
 Município, ou aumento de sua remuneração;

III – orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

IV – criação, extinção e **organização dos órgãos da Administração direta**, indireta e fundacional do Município.

Art. 80. É da competência do Prefeito:

(...);

VIII – dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;

(...)

Assim, constata-se que a proposta atende aos requisitos legais, além de constituir matéria de interesse local, nos termos do art. 8º, I, da LOMAN, razão pela qual poderá tramitar regularmente.

3. CONCLUSÃO









Ante o exposto, opina-se favoravelmente pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 363/2024.

É o parecer.

Manaus, 04 de julho de 2024.

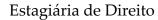
Priscilla Botelho Souza de Miranda

Procuradora da Câmara Municipal de Manaus

Lorena Barroncas Amorim

Gerente do Departamento de Apoio Jurídico

Eyline Layanne da Silva Curico











Documento 2024.10000.10032.9.039746 Data 09/07/2024

TRAMITAÇÃO Documento N° 2024.10000.10032.9.039746

Origem

Unidade PROCURADORIA LEGISLATIVA
Enviado por PRISCILLA BOTELHO DE SOUZA DE

MIRANDA

Data 09/07/2024

Destino

Unidade PROCURADORIA GERAL

Despacho

Motivo ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS Despacho PARA DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL









PROCURADORIA GERAL

PROJETO DE LEI Nº 363/2024.

AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL.

EMENTA: "ALTERA a Lei n. 601, de 02 de julho de 2001 e dá outras

providências.".

INTERESSADO: 2ª CCJR. INTERESSADO: 2ª CCJR.

Acolho, por suas jurídicas razões, o bem lançado pronunciamento da ilustre Procuradora **Dra. Priscilla Botelho Souza de Miranda**, com base nos seus jurídicos fundamentos.

Sendo este o entendimento desta Procuradoria Geral.

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL, em Manaus, 09 de julho de 2024.

DANIEL RICARDO DO CARMO RIBEIRO FERNANDES

Procurador Geral da Câmara Municipal de Manaus









Documento 2024.10000.10032.9.039746 Data 09/07/2024

TRAMITAÇÃO Documento Nº 2024.10000.10032.9.039746

Origem

Unidade PROCURADORIA GERAL
Enviado por AIRLA DE LIMA PINHEIRO

Data 10/07/2024

Destino

Unidade 2a. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,

JUSTIÇA E REDAÇÃO

Aos cuidados de KARIME PRINCIPAL DE OLIVEIRA

RIBEIRO

Despacho

Motivo ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS Despacho ENVIADO PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS

